



1ª Sessão Extraordinária da Assembleia de Freguesia de Espinho

ATA

---- Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, teve lugar a primeira sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia de Espinho, com início às vinte e uma horas e trinta minutos, no salão nobre da Junta de Freguesia de Espinho, sita na rua vinte e três, número duzentos e setenta e um, a sessão foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, Hélder Manuel de Freitas Leitão Rodrigues e Secretariada por Manuel Ferreira Pires e Arsénio Miguel Nóbrega Barbosa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Ponto único: Apresentação e votação de um acordo de entendimento entre a Junta de Freguesia de Espinho e a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Espinho, relativo à área de implantação da Capela de São Pedro. -----

----Por parte do Executivo da Junta de Freguesia estiveram presentes o Senhor Presidente Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, secretário, Vítor Jorge de Oliveira Sousa, tesoureira Cordélia Sofia Vicente Catarino de Araújo e a vogal Laura Maria de Sá Miranda Bártolo Veríssimo.-----

---- Também estiveram presentes os seguintes vogais Pedro Jorge Faustino Gonçalves Sousa (PSD), José Adriano Martins dos Santos (PSD), Cesar Vieira Fernandes (PSD), Maria de Lurdes Pontes Rebelo (PS), António Rodrigues Freire da Costa (PS), Carlos Monteiro Rodrigo Canelas (PS), Maria José Cardoso de Oliveira Quinta Rebelo (PS), António Rodrigues Maceda (PS), Alberto Manuel Faria de Resende Vitó (NC) e José Manuel de Jesus Laranjeira (PP). -----

---- Foi apresentado o pedido de substituição da vogal Ana Rita Afonso Rocha por motivos de maternidade. Sendo substituída por José Adriano Martins dos Santos. -----

---- Seguidamente, o Presidente da Mesa passou para o ponto único da ordem de trabalhos, dando assim, início à sessão extraordinária da Assembleia da Freguesia de



Assembleia de Freguesia de Espinho

[Handwritten signature]
1-
[Handwritten signature]

Espinho, concelho de Espinho em conformidade com o preceituado da lei nº 169/99 de 18 de setembro alterada pela Lei nº 5/2002, de 15 de janeiro alterada parcialmente pela lei nº 75/2013 de 12 de setembro convoquei esta sessão extraordinária desta Assembleia, tendo como ponto único a apresentação e votação do acordo de entendimento entre a Junta de Freguesia de Espinho e a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Nossa Senhora da Ajuda relativo a implantação da Capela de São Pedro. Entretanto antes de avançarmos quero apresentar uma proposta apresentada pelos vogais do Partido Socialista, tendo atenção que a Irmandade de São Pedro tem ao longo do tempo utilizado o espaço fronteiro à Capela, para a realização de diversas ações religiosas que tenha lugar durante o ano, vem o grupo de vogais do Partido Socialista propor a criação de uma comissão de trabalho, composta pelos representantes dos diversos partidos e movimentos de cidadãos, aqui representados nesta Assembleia de Freguesia e que a referida comissão venha a definir um protocolo de superfície em questão a favor da Irmandade São Pedro e a futuras manifestações religiosas.-----

---- O vogal António Freire (PS) explicou o teor da proposta que tem por finalidade salvaguardar o espaço fronteiro da qual depois iremos votar ou não. Este acordo modificado ou conforme está, vai ter que ser abordado porque, pertence à capela há uma área que é inegável que pertence a junta, mas a Irmandade de São Pedro tendo realizado celebrações religiosas no lado da Capela, limita-se o espaço da realização dessas celebrações, e para evitar que no futuro possam colocar ali barracas de presunto ou farturas ou outras situações para espetáculos, o que não dá dignidade à celebração. Houve uma coisa que também me esqueci de dizer, fiz parte do Concelho Canónico, faço parte da Irmandade da Nossa Senhora de Ajuda com o meu irmão, há vontade para defender tanto os direitos dos Espinhenses da área que possa vir a pertencer a Junta, como também posso, como paroquiano entender que este esclarecimento, estou á vontade para propor à mesa esta salvaguarda da zona fronteira, é a última vez desde sempre que tem sido utilizado para as celebrações. -----

---- O Presidente da Mesa acrescentou, sendo assim, agradecia que no fim, pelo menos, convocassem uma data para uma sessão da referida comissão se for aprovada. -----



Assembleia de Freguesia de Espinho

[Handwritten signature]

---- O senhor secretário da Junta desejou uma boa noite a todos os presentes, ainda bem que esta casa está mais composta com a presença de todos, só mesmo para dar aqui duas palavrinhas neste âmbito no ano 2017 a justificação feita no Cartório Notarial de Espinho, com a Dra. Paula Cristina Leite em que a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, vem justificar um prédio como artigo único, isto aconteceu no dia 29 de setembro 2017, foi durante a época eleitoral, campanha eleitoral, e posteriormente, foi publicado a 12 de outubro de 2017, como vocês estão recordados fez-se a tomada de posse oficializada, a 18 de outubro de 2017, para em meia dúzia de dias fazer uma contestação, ou por outras palavras, fazer um termo de oposição, do património da própria junta, que foi denunciado no Ministério Público e está ainda a decorrer um processo judicial. Foram chamadas ambas as partes a Junta de Freguesia de Espinho como a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda e chegou-se a um entendimento numa das reuniões promovidas pela própria Fábrica da Igreja para que haja um acordo e assim se colocar um termo a esta situação que estava a decorrer ou estava a ser instruída. Isto porque, para todos os efeitos este processo continua, e vai ser instruído podendo chegar ou não a julgamento. Foi interinamente das duas partes propor uma situação destas ou seja ser muito mais objetivo, muito mais conclusivo e ambos fazemos parte de uma comunidade e vamos de facto tentar chegar a um acordo, e daí a urgência também na marcação desta assembleia extraordinária, porque ela vai exatamente ao encontro daquilo que se pretende. Já foram pedidos por ambas as partes dois adiamentos, poderá chegar aqui o Ministério Público e solicitar, meus senhores não chegaram a um entendimento, não há um acordo, vamos avançar com um processo e depois não há forma de parar isto, e daí apresentamos uma minuta que está aqui transcrita com uma planta onde vamos ver qual o acordo feito, assinado e rubricado por três elementos das duas partes envolvidas, ou seja, pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda e pela Junta de Freguesia de Espinho, esse acordo foi assinado em duplicado, estando um na posse da Paróquia e outro na posse da junta de freguesia. Perante o que a lei prevê, não é só boa vontade, existem determinadas regras, se a Junta fez o primeiro propósito de acordo com a Fábrica da Igreja, depois foi levada a reunião de junta onde foi aprovada



Assembleia de Freguesia de Espinho

[Handwritten signature]

em reunião desta, e em terceiro lugar, foi assinado por todos para fazermos um acordo, que trazemos hoje aqui à Assembleia de Freguesia, porque isto é uma propriedade e, tem que ser aprovada por este órgão. A Assembleia de Freguesia, hoje deve-se pronunciar sobre este documento, não se deve pronunciar sobre outras propostas de trabalho futuro, devem ser tidas em conta, já estiveram em cima da mesa com a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda e com esta Junta de Freguesia. Só que não faz parte do acordo, é um outro item que deve ser considerado á posteriori, nós somos os primeiros a defender isso e por proposta desta Junta de Freguesia, para não acontecer determinados eventos que ultrapassam ou possam não ser mais agradáveis para o culto religioso, tudo isto passará sempre pela aprovação deste acordo, vai ser sempre considerado e provado em reunião de Junta para que não volte acontecer situações como aconteceu na Capela de São Pedro, para não haver alguma poluição à volta da Capela, é isto que a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda e a Junta de Freguesia de Espinho querem evitar, isto não vai incomodar a comunidade cristã nem a própria comunidade. Daí só fazer um reparo eu não tenho nenhum documento na minha mão que poderá servir como uma proposta, deverá servir como uma recomendação, mas não poderá ser impune esta Assembleia pois foi fechada e selada pelo Presidente da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda e pelo Presidente da Junta de Freguesia de Espinho, acompanhados de outros elementos atendendo a esta circunstância, isto trata-se de um acordo de carácter jurídico, para que definitivamente termine esta confusão ou falta de esclarecimento sobre, qual é a área da capela? É da Junta? É da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda? As duas partes sentaram-se à mesa, concluíram o que interessava à comunidade Espinhense, partimos em frente, fica também somos pessoas que defendemos a cordialidade entre ambas as partes, é logico fica também em aberto a possibilidade de blindar ao máximo determinadas atividades que não sejam condignas com o culto religioso, sendo que isto também já nos levou a uma reunião de Junta de Freguesia em que decidimos ter um tratamento especial nesta situação de não ser uma utilização pública. Hoje estamos aqui a falar de um aspeto um bocadinho diferente daquilo que é esta proposta que respeito e subscrevo, mas eu



Assembleia de Freguesia de Espinho

[Handwritten signature]
1-
[Handwritten signature]

pessoalmente e como sabem aqui não tenho direito a voto mas poderei lutar por ela, só acho que hoje não é momento para o fazer. -----

---- O senhor vogal António Freire (PS), explicou que a proposta também vem no sentido de satisfazer o anseio da Irmandade de São Pedro, pois estão preocupados em que possa haver o tal ruído se houver ali uma feira, dentro do contexto do acordo, pode não ser votada hoje e ser objeto de estudo para melhoramento do protocolo. Compreendo a preocupação da Irmandade de São Pedro e devia hoje ficar vinculado ou pelo menos deliberado em ata, que está criada a tal comissão para celebrar o protocolo, que evitava que uma celebração religiosa tenha ali uma banca de farturas, presuntos ou chouriços. Então se fosse possível hoje juntar como parte deste acordo, e seria um documento à parte, mas ficando hoje vinculado nesta Assembleia para que a Irmandade fique descansada e possa ter certeza que vai ser discutido e objeto de proposta ao executivo e aprovado, e assim sempre que haja uma celebração não tenham que vir bater a porta da Junta informar que vamos fazer uma procissão, etc. Pelo menos ficava salvaguardado e como espinhense e como católico gostaria de ver esta situação protegida. -----

---- O senhor presidente da junta cumprimenta todos os presentes e esclarece que quando foi realizada a reunião sobre aquele acordo, foi combinado todos os anos enviarem um documento com as datas desses eventos, para que a disponibilidade fosse estabelecida previamente. Acho que não há problema de pedir autorização ou não, estamos a falar em enviar uma carta a dizer o que pretendem, e o que esta aqui é um bocado do que nós falamos, mas com as exigências ao contrário. Concordo com algumas das coisas que estão aqui, mas como não é isto que vamos votar, só vim esclarecer que falamos com o Senhor Padre Artur, que é o superior máximo, e por isso era com ele que tínhamos de falar, ele também não falou de mais ninguém, que o assunto seria apenas com ele, e esclarecemos tudo acerca da utilização do espaço fronteiriço. -----

---- O vogal José Laranjeira (PP) interveio dizendo que acerca da proposta, o que quero e o que eu acho, não é criar um acordo específico com a Irmandade, mas sim,



Assembleia de Freguesia de Espinho

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

salvaguardar no futuro, não se ocupar aquela área pois pode pôr em causa a entrada da Igreja ou eventos, ou seja, o objetivo é este, hoje estamos nós, amanhã pode estar outro executivo que assim não entenda e que possa fazer outras coisas. Ao fazer-se uma comissão poderá se propor e não quer dizer que essa comissão vá definir as atividades, mas poderá limitar o tipo de atividades que se realizem e limitar esse ruído e assim todas as pessoas podem usufruir daquela área. É nesse sentido que eu acho que foi feita essa proposta e é isso que se pretende, é esse o meu entendimento e para mim não há problema nenhum que se crie uma comissão onde se possa falar, pois será composta por algumas pessoas que vão discutir algumas ideias que possam ser levadas a discussão nesse sentido é essa a minha ideia.-----

---- A vogal Lurdes Rebelo (PS) explicou que agora incidindo sobre o acordo que supostamente já foi assinado, apresento o protesto pois poderíamos ter sido informados neste sentido para podermos estudar melhor o processo e documentarmos, ajudar também se fosse necessário dentro da lei, porque eu não gosto que me apresentem um acordo feito para eu votar, porque assim eu já não tenho voto na matéria, e de quinta para segunda-feira apresentar um acordo já feito, é uma questão democrática e queria só dizer que no ponto número dois não concordo com o texto que está escrito porque “ambas as partes reconhecem” não é o termo que devem aplicar ai, é “ambas as partes aceitam” não é reconhecem porque isso é diferente. Por um lado isto veio tarde demais, mas é uma questão de voto em consciência, pois toda a gente sabe que sou católica, mas eu fui eleita por católicos e não católicos e tenho que olhar para a perspetiva dos não católicos e olhar para a perspetiva da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, e quer dizer deste documento não percebo nada pois vocês dizem que há artigos que estão juntos e eu nunca vi a divisão dos artigos. Acho que há dúvidas nos artigos e decidiram por esta área e não por outra? É que isto vai cortar de certeza um dos artigos aos bocadinhos e tem que justificar porque é que dividiram assim, porque é que não dividiram pelo original, pois aquilo que se consta era para ser dividido no final da rua 4 e não no início da rua 4 ou seja do lado nascente, não no início, mas sim no fim, acho que para votarmos devíamos ter o



Assembleia de Freguesia de Espinho

[Handwritten signature]

documento topográfico na mão para saber que artigos estamos a falar, e se estamos a respeitar a história dos nossos antepassados e deixar as coisas como devem ser para o futuro, acho que temos que deixar as coisas bem-feitas ao contrário do que se esta a ver pelo nosso país fora. Se calhar se pudéssemos retificar este acordo de alguma forma ou então tirarem-nos as dúvidas ou um correto levantamento topográfico feito por alguém isento. -----

---- O senhor presidente da junta questiona a vogal Lurdes Rebelo porque que é que alterava a palavra no ponto número dois e não no ponto número um se é a mesma palavra? -----

---- A vogal Lurdes Rebelo (PS) afirmou que sim era igual nos dois pontos. -----

---- O senhor presidente da junta explica que só estava a questionar pois podia haver qualquer coisa e não estar a entender bem. -----

---- O vogal José Laranjeira (PP) disse que o acordo não estava em discussão, pensei que estávamos só a discutir a proposta e não o acordo ainda. -----

---- A vogal Lurdes Rebelo (PS) afirma que realmente é a mesma palavra mas aqui é a que salta mais a vista porque é assim em relação aos limites da Freguesia há mais de cem anos, ou seja, era Freguesia e Paróquia era tudo junto, é verdade, era a Junta da Paróquia, os limites eram os mesmos e os terrenos eram de todos, nós só temos a necessidade de fazer estas divisões porque houve uma evolução, primeiro foi tudo para o estado e depois houve uma concordata que dividiu os locais de culto e os locais públicos e é por isso que estamos a registar terrenos. E como este haverá outros, se calhar que a junta tem, e que necessita registar, senão depois há muitas pessoas que por usucapião vão usando, e toda a gente entende que são daquelas pessoas, mas não está registado. -----

---- O senhor presidente da mesa, pelo que entendo já estamos a falar do acordo, e ao fim ao cabo entramos com a proposta que o Freire colocou, e depois começamos a introduzir e a falar no acordo.-----



Assembleia de Freguesia de Espinho

[Handwritten signature and initials]

---- O senhor Vogal Pedro Sousa (PSD) realçou que para defender a freguesia que vai desde a rua 2 até à Avenida 8, pois desde o início que outras pessoas foram ocupando espaços que seriam das paróquias? O que seria do estado? E o que seria da freguesia? Cabe aqui a Assembleia decidir o texto do acordo depois ser aprovado em reunião de executivo e aqui em assembleia de freguesia isto é o que nós hoje estamos a decidir se aceitamos este acordo ou não, e eu fico satisfeito por ter havido este acordo porque é sinal que, quer o executivo quer a instituição religiosa, encontraram pontos comuns e também é importante definir e há preocupação para que o espaço à frente até à rua 2 não seja desrespeitado, mas sim, sempre respeitado como foi anteriormente noutras situações. Porque este documento fala num protocolo mas um protocolo não é vinculativo quer dizer tem um termo. -----

---- O senhor vogal António Freire (PS) mas o senhor presidente já esclareceu isso. -----

---- O senhor Vogal Pedro Sousa (PSD) eu acho é que o espaço à frente até é um espaço que pode estar ao serviço de toda a comunidade para diversos eventos, sendo que, acho importante que em determinadas alturas seja respeitado e isso sim eu acho correto porque um protocolo acho que não é relevante. -----

---- O senhor vogal António Freire (PS) mas o senhor presidente da junta já esclareceu basta uma simples comunicação. -----

---- O senhor Vogal Pedro Sousa (PSD) indo para o ponto de partida em que a instituição usufruía do espaço e em termos de registo não era proprietária, agora com este acordo já tem um limite. -----

---- A senhora vogal Lurdes Rebelo (PS) aquilo foi sempre da capela de São Pedro por usucapião, mas alguém registou aquilo como sendo da junta. -----

---- O senhor Vogal Pedro Sousa (PSD) sim, estou a dizer é que o ponto de partida desta decisão não foi o ideal porque foi numa altura de mudança do executivo e com pouco espaço para tomar uma posição. Fico satisfeito de se ter realizado um acordo e acho que é importante também que se respeite todos os eventos religiosos naquela zona. Mas



Assembleia de Freguesia de Espinho

[Handwritten signature]

fiquei na dúvida se em outras situações, o espaço à frente até à Rua 2, se não foi respeitado com eventos religiosos pelas festas. -----

---- O senhor vogal António Freire (PS) não se pode pronunciar sobre isso? -----

---- O senhor presidente da junta diz que, neste caso não se pode, mas nós tivemos esse caso porque o Senhor Padre Artur foi até um dos casos que nos falou, que em tempos houve problemas, mas que nada tem haver connosco, teve a ver com comissões de festas anteriores, mas isso é outra história. -----

---- O senhor Vogal Pedro Sousa (PSD) eu acho é que um protocolo não é vinculativo, é sempre a termo, e portanto esta palavra em termos futuros não vai vincular nada, mas cabe-nos a nós, se estamos a representar aquela comunidade, saber que sendo eventos religiosos são respeitados e aí cabe a nós garantir que aquele espaço seja defendido. ---

---- O senhor vogal António Freire (PS) hoje estamos aqui a fazer história, eu tenho aqui uma escritura de 1999, em que aquele terreno passou para as mãos da junta de freguesia por usucapião, mas voltando ao assunto que o Vogal Pedro falou, hoje somos nós e amanhã serão outros, aquele local é muito apetecível e poderá haver alguma comissão de festas que queira explorar aquela zona da frente da Capela, e é esse futuro que temos que salvaguardar, proteger, porque não sabemos o que está pra frente e somos responsáveis pelo que fazemos hoje, se podermos prevenir essas situações. A comissão de festas com um terreno apetecível virado ao mar e em frente à Capela, um arraial se calhar expõe um derrame, e é nesse sentido que eu falo de proteger também os moradores e não só a celebração religiosa. Agora na questão do espaço à frente, há uma escritura que também foi feita pelo usucapião, da mesma forma que esta foi feita em que diz que “ O primeiro outorgante declarou...” que neste caso era a junta “ ...o prédio rústico de pastagem natural..” portanto será toda a frente da capela de São Pedro “...com a área de 650 m2 sito na Rua 41 e 41 A...” que hoje já não existe com aquela reabilitação da praça do mar.-----

---- O senhor presidente da junta, mas existe na mesma. -----



Assembleia de Freguesia de Espinho

[Handwritten signature]

---- O senhor vogal António Freire (PS), pronto existe na mesma, "... a confinar a norte com a rua 41, a sul com a 41 A, nascente 4, poente 2 inscrito no nome da justificante, com o artigo...". Portanto o que é que se pretende? Nós pretendemos que estes 650 metros quadrados realmente sejam da Junta, e como é que vamos fazer isso só com o levantamento topográfico, tem de haver uma pessoa, uma entidade isenta, que faça as medições, o que é da Junta é da Junta o que é da paróquia é da paróquia, e vamos ver o que é por direito da Junta e o que é da paróquia. O que está para trás da Capela, pouco é interessante também pela planta, o que está em causa é aquela frente, para as celebrações e proteger o terrado. É nessa base que nós entendemos que de uma forma isenta e séria, tentar à Junta o que é da junta e à paróquia o que é da paróquia, por direito, porque aqui há as justificações nas escrituras. -----

---- O senhor vogal José Laranjeira (PP) sobre o acordo, isto é um acordo é feito em duas partes que se entenderam e chegaram a uma conclusão, e para chegar a essa conclusão tiveram documentos e foram feitos levantamentos, como fui informado na outra reunião, ouvi a explicação e entendo que houve um acordo, entendimento entre ambas as partes. Independentemente de todos os prazos e de todas as situações, já deveriam em outras assembleias ter informado o que é que se estava a passar, porque se há uma reclamação feita, existe algo que já foi feito e existe assembleias onde perguntamos se há alguma situação referente a alguns terrenos ou algumas propriedades da Junta, e nada é respondido, nesse sentido eu não concordo, podiam dizer que há uma situação que neste momento não é um processo. Agora acho que ocultaram toda a situação até ao momento e só veio agora porque se tem um acordo, e isso eu não acho totalmente claro, embora acho que é um acordo que foi concordado por todos, é justo entre as duas entidades, por isso, é que estamos aqui por imposição da lei para aprovarmos isso, concordo que se vista sempre o interesse da Freguesia como o da Igreja, acho que a Freguesia está a zelar pelo seu interesse e eu faria o mesmo se as coisas são da Junta são da Junta e há que haver entendimento. Quanto ao resto do acordo acho que há um consenso entre a parte da Junta de Freguesia com a Igreja, nesse sentido de articularem o espaço, para que todas as atividades que sejam feitas e aquilo que eu percebi da parte



Assembleia de Freguesia de Espinho

[Handwritten signature]

do Freire é no sentido que, amanhã o local não seja ocupado indevidamente por algum tipo de atividades que possam por em causa as atividades da igreja, acho que isso não faria sentido de todo. Estou disposto a conversar, se no futuro entenderem criar qualquer tipo de comissão, o que interessa aqui além preservar tudo o que é da Junta também é um espaço público, de todos sejam católicos ou não. -----

---- O senhor Vogal Pedro Sousa (PSD) eu não sou jurista, mas suponho que o processo neste caso ainda em fase de inquérito não se deva ou se calhar nem possa ser tornado público, podendo até criar algum impedimento a possíveis acordos que possam ser feitos. Por duas vezes já falaram aqui de levantamentos topográficos, e eu julgo que na explicação que o executivo fez á bancada do Partido Social Democrata, que duas empresas fizeram esse trabalho, eram fora de Espinho, e há uma planta em anexo. ----

---- A senhora vogal Lurdes Rebelo (PS) sim, mas esta planta não é suficiente. -----

---- O senhor presidente da Junta, foi escolhida uma empresa de fora. -----

---- O senhor Vogal Pedro Sousa (PSD) agora deixo o executivo esclarecer, houve aqui umas situações que vinham de encontro á informação que já tinha. E até julgo que foram mais do que uma empresa que realizaram os levantamentos topográficos, e até por serem pessoas fora de espinho, isentos, julgo que são. -----

---- O senhor secretário da Junta, peço desculpa roubar mais uns minutos do vosso tempo mas deixem que vos diga duas ou três coisas, é óbvio que foi calculado e no mínimo dos mínimos que se podia fazer era, solicitar empresas preferencialmente de fora de espinho, isentas para apresentar um estudo. Esse estudo foi apresentado e foi acordado entre a Fábrica da Igreja e a Junta de Freguesia de Espinho, é natural, como todos devem saber, quando está em fase inquérito, qualquer processo não pode ser trazido à praça pública, se não deixa de haver segredo de justiça. Nós não escondemos nada de ninguém, o que foi feito pela Fábrica da Igreja em setembro de 2017, foi fazer uma justificação, no bom entendimento deles que o espaço era deles. O que esta Junta fez depois de tomar posse e perceber esta situação, foi fazer uma contestação para fazer um esclarecimento. Aqui não há vencidos nem vencedores, há pessoas que querem de



Assembleia de Freguesia de Espinho

[Handwritten signature]

facto o bem da sua terra, tem dignidade e o máximo de comunicação entre as várias comunidades, isto se formos católicos ou de outra religião! Mas não é isso que está aqui em causa, enquanto nós dizemos que isto é um ato não democrático, há coisas na justiça que não podem ser públicas e isso não deixa de ser um ato não democrático. Aqui não houve intenção nem forma nenhuma de esconder nada havia entre duas pessoas que foram chamadas para uma fase de inquérito foi o Senhor Presidente Vasco Alves Ribeiro e o Senhor Padre Artur Pinto que foram chamados ao Ministério Público e está a decorrer um processo. A partir do momento em que era melhor para esta comunidade chegarem a um acordo verbal, e entenderam sentarem-se à mesa com os vários representantes, e chegaram óbvio a um acordo, não é este que está aqui, porque o acordo está assinado duplicado, e por três elementos de cada uma das respetivas instituições, e o acordo diz exatamente isto, e só chega a esta mesa porque a lei nº 75/2013 assim o obriga, ponto final parágrafo! Ambas as partes estão serenamente de acordo e uma das partes até diz mais, quem fala pela Fábrica da Igreja sou eu, não há mais ninguém em Espinho que fale sobre isso, estava presente o presidente da Junta e tenho testemunhas e foi-me repetido duas ou três vezes, e portanto eu tenho que crer que a pessoa que merece toda a credibilidade tem razão, e como tal, diz mais que todos entendimentos e todos os pareceres tem que passar por ele, e ele deve ter conhecimento ao que diz respeito à Fábrica da Igreja. Isto também não foi um texto feito para ser posto em cima da mesa, foi feito por juristas com os termos que estes utilizam na linguagem jurídica e se há aqui alguma alteração ou sugestão, neste momento não a forma de a votar favoravelmente. Este acordo é vinculativo, ou se não se votar favoravelmente, este acordo deixa de ter efeito. Eu pelo menos, confio plenamente neste acordo, e defendo que este acordo vá para a frente, para não se andar aqui a perder tempo com virgulas e meias virgulas, com comunicações cruzadas, com poluição, e portanto não se pode fazer um acordo, com novas comissões ou com grupos de trabalho, porque provavelmente daqui a uns tempos o tribunal quer chegar a conclusão de uma fase de inquérito e andam grupos de acordo e isto como vocês devem saber não pode ser assim, e por tanto eu peço-vos imensa desculpa se alguma falta de explicação ou clarificação, mas uma coisa vos posso dizer, o processo é simples e está fechado. Há



Assembleia de Freguesia de Espinho

[Handwritten signature]

uma justificação, um pedido de esclarecimento, passa-se à fase de inquérito, há um acordo entre as ambas as partes, há uma empresa de topografia sediada em Ovar e há um outro arquiteto da zona de Gulpilhares que nos fez a implantação sobre este espaço, a qual a Fábrica da Igreja em nome do Presidente Vasco Alves Ribeiro e o Senhor Padre Artur estão de acordo e assinaram o mesmo. Está ali dentro guardado no gabinete esse acordo de entendimento devidamente assinado, vão se tornar públicos a partir do momento em que apresentarmos o acordo, e se forem a tribunal para afinar isto, como vem no último parágrafo, a dizer que a aprovação dos respetivos órgãos passa assim a servir para instruir o processo e celebrar o acordo entre ambas as partes. Tudo o que nós divulgássemos na praça pública podia vir a trazer problemas seja para a Fábrica da Igreja, seja para a Junta de Freguesia porque estávamos aqui a incorrer numa situação que podia ser penalizada por ser segredo de justiça, esta é a situação real. -----

---- O senhor vogal António Freire (PS), eu só queria dizer uma coisa, só lamento tal, como Espinhense e paroquiano, que esse senhor que hoje é Padre, mas que daqui a 6,7,10 anos não será, porque há rotatividade, já houve o Padre Artur, o Padre Manuel, o Padre Zé Pedro e se calhar outros, mas acho que este senhor foi pouco ambicioso e contenta-se com pouco. Esta planta topográfica que está riscada a azul, é mesmo no limite do alpendre, tem mais a rampa não sei se era para estar incluída ou não, mas isto é mesmo um limitador, foi pouco ambicioso, é um Padre que está aqui de passagem e não terá zelado convenientemente pelo lado católico. O que é que eu acho e o que é que a Irmandade do S. Pedro também deseja, é que pelo menos quando se poder fazer uma celebração com dignidade que se possa alargar um pouco mais o alpendre limitando ali pela casa poente da rua 4 fazendo mais 9 metros que dá mais ao menos 100 metros quadrados na largura da linha azul, mas que pelo menos façam uma celebração com dignidade, para que esteja ali um coro, um instrumental, umas entidades convidadas. -----

---- O senhor presidente da mesa, pelo aqui que vi e ouvi três vezes, isto está feito, estamos a votar, não há alterações ao acordo, nós estamos cá e todos estamos aqui sentados em nome da Junta, estamos a defender os interesses da Junta, e acredito que



Assembleia de Freguesia de Espinho

[Handwritten signature]

se pudessem até davam tudo à paróquia, mas quer dizer, eu acho que estes senhores eleitos para Espinho, são eleitos para o cargo e para os interesses da Junta, nós estamos cá todos a defender os interesses da Junta, independentemente se pudéssemos contribuir mais para a paróquia, e dar os cem metros quadrados. Agora desculpem estar-me a meter, mas acredito também e sempre aconteceu que se a paróquia necessitar para fazer qualquer tipo de eventos, sempre que precisaram, não está nada protocolado, não há nada a vincular, mas sempre que precisaram do Multimeios para eventos de qualquer tipo, para catequese ou outros, temos o bom senso de ceder gratuitamente, independentemente de criar um protocolo para defender e bem, como tu disseste, para futuro, para que não venha ninguém fazer o contrário. O bom senso que este executivo tem é para que possa ir de encontro aos eventos que a paróquia está a organizar, no sentido de não pôr lá as tasquinhas, mas que se realize os eventos da paróquia. Mesmo esse protocolo, se outro executivo vier para cá e o quiser quebrar, pode, pois o protocolo tem uma duração e depois é renovável ou não. -----

----O vogal Alberto Vitó (NC), sim, tem que haver uma cláusula de desvinculação. -----

---- O senhor presidente da mesa, um protocolo é isso mesmo, nós de bom senso estamos a assinar para defender o futuro, mas pode vir alguém e dizer, eu tenho 30 dias de desvinculação ou 1 mês, eu tenho até a renovação se concordarem, aquilo é renovações de xis em xis tempo, portanto não renovamos. Eu acho que o que estamos aqui a votar é o acordo, a paróquia concordou, foi um bom acordo para a Junta, e é isso que nos estamos a defender, acho que irá sempre ter em consonância com o Padre Artur Pinto, que é quem assinou o protocolo e tem poderes para o efeito, achou que estavam salvaguardados os interesses da paróquia, da mesma maneira que estes senhores achavam que estavam salvaguardados os interesses da Junta, e por isso é que é um acordo de entendimento não é só um acordo. Não sei, não sou jurista também, mas estamos aqui para votar, aceitamos este acordo conforme está ou não aceitamos. Não acredito que se o Padre Artur nos disser, vamos ter aqui dentro assim e assim, de repente se ponha lá umas tasquinhas, um circo, não acredito mas pode acontecer e aí depois estes senhores hão de ter as consequências disso, e a defesa irá entrar sempre o



Assembleia de Freguesia de Espinho

[Handwritten signature]

bom senso, se não entrar, o escrutínio irá depois dizer se fizeram um bom ou mau trabalho, e nós estamos cá depois também para dizer a eles mesmo. -----

---- A senhora vogal Lurdes Rebelo (PS), eu queria dizer o seguinte, nós não somos a praça pública. -----

---- O senhor secretário da Junta esclareceu que quando se refere á praça pública é que todas as sessões são abertas ao público, a terminologia não é ofensiva. Com toda a sinceridade, não é a minha intenção ofender qualquer membro desta assembleia, mas recordo-lhe que as sessões são públicas. -----

---- O senhor presidente da mesa, então se não tiverem nada a dizer acho que passava a votação do acordo ou entendimento entre a paróquia de Espinho e a Junta de Freguesia. As decisões foram aprovadas com 7 (PSD e NOS) votos a favor, 2 (PS) contra e 4(PS e CDS) abstenções estando presentes 13 membros. -----

---- Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão, eram vinte e duas horas e trinta minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e dezoito-----

A MESA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]